

já divida  
externa

# O Brasil e o México diante do Plano Brady

15 JUN 1989

Anteontem, no momento em que assinava um acordo de 1,5 bilhão de dólares em favor do México, empréstimo que representa a primeira operação do Banco Mundial no quadro do Plano Brady, o presidente da instituição, Barber Conable, indagado quanto à nossa vez, respondeu: "Esperamos pelo programa brasileiro". Talvez se encontre, no laconismo da resposta, a explicação do contencioso que o Brasil vem mantendo com o Banco Mundial. No mesmo dia, aliás, anunciamos-se numerosas dificuldades para que o País possa conseguir, logo, um acordo com o FMI.

O México — conforme se esperava — é o primeiro país a receber uma ajuda do Banco Mundial e do FMI (neste caso, um empréstimo de quatro bilhões de dólares), no contexto do Plano Brady. Entram na fila, agora, por ordem de prioridade, a Venezuela, as Filipinas e a Costa Rica. A geopolítica explica em parte a prioridade dada ao México: suas fronteiras com os Estados Unidos asseguram-lhe grande trunfo. Incontestavelmente, porém, ofereceu simultaneamente a seus credores fortes argumentos econômicos. Servindo-se de um programa de grande austeridade orçamentária, conseguiu o México reduzir drasticamente a inflação, empenhando-se ao mesmo tempo num sério esfor-

co de privatização, ainda que apenas pequenas empresas estatais tenham sido retiradas do controle estatal. Finalmente, ajudou-o também o fato de já ter realizado suas eleições presidenciais, o que oferece aos credores certa garantia de continuidade.

Cumpre acrescentar, desde logo, que se o México recebeu o apoio total dos organismos internacionais sob forte pressão do governo de Washington, tal não significa que o Plano Brady esteja, por essa razão, tornando-se operacional. Com efeito, o governo mexicano enfrenta tenaz resistência dos próprios bancos credores, que hesitam em ingressar num esquema em que sua adesão voluntária é indispensável. Ora, os bancos não concordaram nem sequer com o desconto proposto pelo México para recompra de parte da sua dívida externa, nem com a redução da taxa de juros, no caso de troca de um papel por outro. Agora, com a assinatura dos acordos com o FMI e o Banco Mundial, sob severa injunção de Washington, é possível que esses estabelecimentos — especialmente os norte-americanos — terminem por entrar num acordo com o México.

Dar-se-á, neste caso, um grande passo à frente, a criar jurisprudência para a celebração de acordos com outros países. O emprê-

timo ora concedido ao México pelos organismos internacionais foi realizado em tempo recorde mas não se pode esquecer que após acordo anterior, em que também foram rápidas essas instituições, quase um ano transcorreu antes que os bancos comerciais entrassem no esquema: é verdade que não se tratava de perdoar parte da dívida, mas de colocar mais recursos.

O que ocorreu anteontem não significa que para o Brasil será também fácil ingressar no círculo dos países que ora se beneficiam com o Plano Brady. Em nossa edição de ontem, mencionamos as dificuldades que estamos encontrando para concluir um acordo com o FMI, imprescindível ao nosso acesso às vantagens do Plano Brady. A maior delas será certamente a ultimação de tal acordo com um governo que perdeu todas as possibilidades de impor uma política econômica, e que deverá desaparecer em 15 de março. No final do governo Figueiredo, o candidato eleito pelo Congresso, Tancredo Neves, havia insistido para que o acordo com o FMI fosse assinado antes de sua posse na Presidência da República: no entanto, a instituição preferiu esperar a formação do novo governo, com o que se agravou, consideravelmente, a crise cambial. Corremos nestes dias o mesmo risco, e é

evidente que se o acordo com o FMI não for assinado antes de setembro, terá o Brasil de suspender seus pagamentos ao Exterior, apresentando-se ao novo presidente a perspectiva de uma moratória.

O ministro Mailson da Nóbrega não pode, entretanto, oferecer muito ao FMI: não pode saber a quanto montará o déficit público, antes que a questão da Previdência Social seja resolvida. Sabe, porém, que deveremos conviver, até a posse do futuro presidente da República, com uma taxa de inflação muito elevada. Pode-se apenas propor um retorno a uma indexação generalizada, especialmente para o câmbio, e mostrar que se houver ajuda por parte do FMI estaremos capacitados a honrar nossos compromissos. Por outro lado, estamos vendo o Congresso decidido a exigir que o acordo com o FMI seja submetido à sua apreciação.

Não existe uma solução meramente econômica no que tange ao acordo com a instituição: cumpre chegar-se a outra, essencialmente política. Poderia isto ferir os princípios dos organismos internacionais? Cabe-nos responder com numerosos exemplos, como agora o do México, comprobatórios de que os organismos criados em Bretton Woods sabem levar, na devida conta, os aspectos políticos.